



A RECOMPOSIÇÃO DA APRENDIZAGEM NA PERSPECTIVA DE MATO GROSSO DO SUL

Fernando Akiito Moltocar Instituição
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS
Moltocar.crell@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-7586-794X>

Sonner Arfux de Figueredo
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS
sarfux@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-5583-5804>

Resumo:

Este estudo é um recorte da dissertação de Mestrado, por meio do Programa de Mestrado em Educação Científica e Matemática (PROFECM) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul na cidade de Dourados, onde realizamos uma análise documental relativos ao Plano Recomposição da Aprendizagem, instituída como meio de intervenção pedagógica pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS). A proposta pretende apresentar uma perspectiva geral do plano em vigência. O plano, tem como base a resolução/SED n. 4.026, de 2 de maio de 2022, que define e organiza sua estratégia. Dentro de nossa pesquisa neste trabalho, iremos focar nos elementos constituintes do Plano de Recomposição da Aprendizagem PRA/MS e discorrer a alguns questionamentos como: o que é recomposição da aprendizagem, como a recomposição da aprendizagem se difere de outras moções, juntamente com seus objetivos e diretrizes na perspectiva de MS. Iniciamos uma análise das referências bibliográficas constituíram as fontes documentais estruturais à coleta de dados de nossa investigação qualitativa baseada no PRA por meio de documentos oficiais. Bardin (2011) contribui nas fases de pré-análise; exploração do material; tratamento das informações, inferência e interpretação.

Palavras-chave: Pandemia; Habilidade Essenciais; Intervenção Pedagógica; Competências.

1. Introdução

Este estudo tem como finalidade apresentar a perspectiva da recomposição da aprendizagem na percepção dos documentos oficiais do Estado de Mato Grosso do Sul (MS), que é um plano de intervenção pedagógica, da Secretaria de Estado de Educação (SED). Utilizamos como documento norteador a este estudo a resolução/SED n. 4.026, de 2 de maio de 2022, que institui o Plano de Recomposição da Aprendizagem (PRA).

Para a compreensão do leitor, utilizaremos a sigla RA para nos referirmos a disciplina de Recomposição da Aprendizagem disposta primeiramente no Anexo I da Resolução/SED n.



4.113, de 13 de dezembro de 2022, que trata da matriz curricular do ensino fundamental. Ao citarmos o PRA nos referimos ao plano, sua organização e a sua proposta como intervenção pedagógica. A Recomposição da Aprendizagem emerge do período marcado como período pandêmico decretado pela Organização das Nações Unidas (ONU), no dia 11 de março de 2020, devido a covid-19, vírus designado como SARS-CoV-2 pelo Comitê Internacional de Taxonomia de Vírus. Tal estudo se fez necessário devido defasagem de conhecimento acentuadas durante o período de isolamento social, posteriormente com as aulas escalonadas, e por fim o retorno as aulas presenciais.

Com o retorno aos estudos presenciais, as estratégias de ensino precisaram ser pensadas, organizadas e por que não dizer, reorganizadas diante do cenário pandêmico, assim surge a necessidade de uma intervenção pedagógica para recompor a aprendizagem que não aconteceu por diversas razões relacionados a pandemia e por sua vez, o aluno não teve as habilidades necessárias a serem consolidadas com vistas a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Como a principal finalidade do processo educativo é o atendimento dos direitos e dos objetivos de aprendizagem previstos no artigo 205 de nossa Constituição, que estabelece que o direito à educação é assegurado quando são adquiridos os aprendizados necessários para se atingir “o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 2004) portanto, o direito à educação é o direito de aprender, para cada etapa educacional que estão expressos por meio das competências previstas na Base e desdobradas nos currículos e planos pedagógicas das instituições ou redes de ensino de educação básica ou pelas Diretrizes Curriculares Nacionais.

A SED/MS optou por uma estratégia própria, instituído no rigor de uma resolução o PRA, objeto de nossa investigação. O plano abrange todas as escolas estaduais de ensino, mobilizando toda a comunidade escolar, propondo então a intervenção pedagógica, visando a consolidação das habilidades consideradas, pela resolução, relevantes e inegociáveis para a trajetória escolar do estudante.

2. Método

A pesquisa aqui apresentada é um recorte de uma dissertação, em desenvolvimento, por meio do Programa de Mestrado em Educação Científica e Matemática da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul na cidade de Dourados, na análise documental recomendada por Laurence Bardin.

Sendo assim nosso propósito é apresentar uma visão geral do PRA sendo foco de nossa questão norteadora desta investigação e por isso escolhemos a pesquisa documental pela

natureza pela pesquisa “[...] de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (Gil, 2010). O uso destes documentos para a nossa pesquisa traz uma riqueza de informações, pois podem ser utilizadas em várias áreas de conhecimento, aproximando o entendimento do objeto na sua contextualização histórica (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009).

O método, escolhido, de Análise de Conteúdo Bardin (2011) foi empregado na dissertação metodológica por dois motivos fundamentais: 1) seus procedimentos possibilitaram uma análise com base em inferências extraídas de conteúdos de documentos – a partir de uma interpretação controlada por meio de variáveis ou indicadores, que proporcionam maior liberdade ao analista, sem que se perca a objetividade da investigação e 2) por se tratar de uma análise pautada em definições concebidas por leis, portarias, decretos, resoluções, cujas características relativas à forma são homogêneas (argumentos descritivos registrados textualmente).

Desse modo o emprego de um método dirigido fundamentalmente ao conteúdo do que está sendo dito é a prática mais adequada para pesquisas cujos documentos analisados apresentam alto grau de homogeneidade. Em nossa dissertação foram observadas três fases mencionadas por Bardin (2011): 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados (inferências e interpretações) porém, neste estudo focamos nos dois primeiros. O tratamento dos resultados deixamos para outro estudo a ser apresentado e deixamos para o leitor, neste momento, a inferência e interpretações.

O universo desta pesquisa é composto por definições conceituais, registradas oficialmente, a respeito da Análise Documental. Segundo Bardin (2011), nosso próximo passo foi a criação de um corpus de análise – conjunto dos documentos que são efetivamente analisados. Para a criação deste corpus, quatro regras se colocam: a) regra da exaustividade: que zela pela não-seletividade dos documentos a serem analisados; b) regra da representatividade: a análise deve ser realizada com base em uma amostra representativa do universo investigado; c) regra da homogeneidade: os documentos analisados devem ser homogêneos, assim como as técnicas de coleta de tais documentos; d) regra da pertinência: os documentos devem ser fontes de informações adequadas aos objetivos da pesquisa.

A exaustividade foi contemplada na medida em que todas as resoluções emitidas pelos órgãos oficiais foram consideradas. A representatividade foi assegurada pela escolha prévia dos documentos norteadores de MS. Como dito anteriormente, os documentos analisados foram definições registradas por órgãos governamentais em torno de um único tema; assim, são homogêneos tanto na estrutura quanto no assunto, fator que zela pela regra da homogeneidade.

A técnica de coleta foi mediante as portarias no Ministério da educação, Portarias emitidas pelo Conselho Nacional de Educação e pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul. A pertinência do material é igualmente clara, pois as fontes foram registradas oficialmente e definidas pelos representantes. Segundo Bardin (2011) a formulação de hipóteses não é imprescindível na pré-análise, pois a criação dessas, muitas vezes, consiste em explicitar direções de análise que funcionem durante o processo investigativo, são as chamadas hipóteses implícitas, as quais foram adotadas. O estudo possibilitou extrair elementos informativos contidos no Plano de Recomposição da Aprendizagem.

Como medida de classificação das informações levantadas, nos referenciamos em Bardin (2011) quanto à categorização, que consiste no agrupamento em classes dos elementos convergentes em seus traços característicos. Segundo a autora, para uma eficiente categorização é necessário estar atento aos seguintes critérios: a) exclusão mútua: um elemento não pode existir em mais de uma classe; b) homogeneidade: uma única propriedade deve governar uma classe, ou seja, em uma categoria, somente uma propriedade pode servir como requisito para abrigar ou não determinado registro; c) pertinência: uma categoria para ser considerada pertinente necessita estar em sintonia com o material de análise e com a teoria que fundamenta a pesquisa; d) objetividade e fidelidade: devem se aplicar os mesmos critérios de análise para cada parte de cada material; e e) produtividade: um processo de categorização é tido como produtivo quando fornece resultados férteis no que tange os índices de inferência. Todo este processo, iremos aprofundar em outra publicação, justamente pela complexidade de sua natureza. No entanto, foi necessário mencionar, para que o leitor possa compreender que tais processos foram devidamente considerados.

Quanto às orientações Bardin (2011) que sugere um aprofundamento do investigador quanto aos documentos analisados, assim, a sua leitura foi realizada na íntegra. Nas revisões dos documentos orientativos, buscamos sintetizar as evidências externas entre múltiplos estudos identificados e analisados com base em critérios adequados e procedimentos explícitos e transparentes de forma que o leitor possa identificar as características peculiares deste plano. Também na operacionalização dessa revisão, é importante salientar que foi seguido as etapas: seleção da questão temática, estabelecimento dos critérios para a seleção da amostra, análise e interpretação dos resultados e apresentação da revisão observadas por Severino (2007).

Tais documentos oficiais, foram levantados, bem como a leitura e análise das referências bibliográficas constituíram as fontes documentais estruturais à coleta de dados de nossa investigação qualitativa, que deverão ser compreendidos em sua complexidade, garantindo que

a pesquisa em educação produza conhecimentos comprometidos com a educação crítica e transformadora.

Dentro de nossa pesquisa, ainda ressaltamos que as habilidades consideradas relevantes é justificada pela ideia na qual se propõe, na linha de pensamento de dar continuidade a trajetória escolar. Apesar das habilidades estarem listadas na BNCC, o governo elencou e chamou de “essenciais”, definidas por ano escolar, sendo disposta em sua integralidade, com vistas ao aporte de futuras pesquisas científicas em torno dessa temática.

Essa temática, que proporciona diversas possibilidades de intervenções, no qual os alunos mostram dificuldades para aprender e desenvolver habilidades e competências necessárias para aprender, o que nos conduziu aos seguintes questionamentos: O que é a recomposição da aprendizagem? Como a Recomposição da Aprendizagem se difere de outras estratégias já inseridas e previstas? Como a escola ficou organizada para atender a essa nova disciplina? Quem são os professores responsáveis por esta nova componente?

Um dos desafios da investigação qualitativa é preencher de sentido as características que circundam um fenômeno e que consistem em um conjunto de práticas interpretativas que tornam o mundo visível (Denzin; Lincoln, 2011). A crise sanitária causada pela pandemia da Covid-19 provocou a maior interrupção educacional jamais testemunhada no mundo. Todo este processo, aulas remotas¹, híbridas²/escalonadas³ e volta as aulas presenciais, trouxe uma grande necessidade de compreendermos uma estratégia singular de intervenção pedagógica. E isso não pode deixar de ser analisado e constatado como fato verídico. Na expressão de Grossi (2000):

“Em primeiro lugar, temos que analisar objetivamente a situação em que nos encontramos. Só vive quem se renova e só se renova quem é capaz de enfrentar corajosamente as lacunas do seu momento atual. Aquele que encara a falta como ausência a evitar ou negar, já está morto e não sabe.” (Grossi, 2000, p. 15, grifo nosso)

Tal expectativa de estudo não poderia ser vista de forma isolada da anterior, pois a escola não existe desvinculada do sistema social, econômico e cultural, mas, pelo contrário, é um reflexo dele. Nesse processo de significação de informações, a análise de nossos estudos ocupa um papel fulcral, pois, independentemente das características do conteúdo explorado, a forma como se interpreta o material de pesquisa determina os caminhos que os resultados tomam (Flick, 2014). Vale ressaltar que um detalhamento quanto aos procedimentos utilizados na

¹ Consideramos aulas remotas, a forma como o ensino ocorreu no estado de MS, trata-se basicamente de todo conteúdo produzido e disponibilizado online ou por meio de atividade impressa encaminhada ao aluno.

² São aulas que possuem abordagem educacional com elementos presenciais e digitais e/ou impresso encaminhado ao estudante.

³ Consideramos escalonadas as aulas presenciais, cujo o estudante ia a escola a cada 15 dias de estudo em casa. Enquanto uma parte dos alunos ficavam em casa a outra ia a escola, posteriormente troca-se o grupo.

metodologia mencionada por Laurence Bardin, faz parte de outro trabalho submetido e aceito no Seminário Sul-Matrossense de Educação Matemática SESEMAT-2024.

3. Atribuições dos Profissionais da Educação com os pressupostos de ensino/aprendizagem

Todavia, os efeitos da Covid-19 para a educação atingiram escalas sem precedentes. Isso acabou exigido maiores empenhos, quando comparados a qualquer outro contexto de perda eventual de desenvolvimento de competências e habilidades⁴. Por esta razão, a recomposição da aprendizagem de MS, surge como uma plano mais propício, afinal, ela apresenta um conceito amplo e bem definido, que contempla a realidade imposta pela pandemia. Sendo assim, entendemos que seja substancial identificar os elementos constituintes em torno do tema supracitado.

Essa ideia de intervenção pedagógica onde, toda a escola deve reunir esforços e trabalhar para minimizar a desigualdade de aprendizado, focando na consolidação de habilidades consideradas relevantes e inegociáveis para a vida e trajetória escolar do estudante.

Mas é preciso considerar que, na condição de uma instituição social, cada escola desenvolve ritos e práticas exercidos pelos atores que, no seu interior, ou mesmo no seu entorno, desempenham papéis e funções distintos: grupo de gestores, professores, alunos, funcionários, pais, comunidade. [...] com as formas de percepção da realidade dos que a fazem e das relações que estabelecem entre si. De outro lado, é a institucionalização daquelas práticas que torna a escola uma instituição social, forjando as regras pelas quais ela exerce os seus papéis fundamentais... (Azevedo, 2009, p.38).

A normativa, coadjuva com o mencionado por Azevedo (2009), e determina a inserção e adequação de seu Projeto Político Pedagógico (PPP) de todas as escolas da rede de ensino de Mato Grosso do Sul, integrando objetivos, diretrizes e ações para a recomposição da aprendizagem, validado em sua resolução.

A mobilização de esforços frente ao plano de execução, ficou descrita em seu Art. 5º, sendo realizada pelos seguintes profissionais: Equipe Gestora, composta pelo Diretor, Diretor Adjunto, quando houver, e Coordenador Pedagógico e a todo Corpo Docente; tendo Coordenador do PRA-MS, que deverá, naquele momento, ser o Coordenador Pedagógico norteado pela Coordenadoria Regional de Educação. A gestão escolar, ficou responsável por:

- a) implementar o Plano de Recomposição das Aprendizagens, bem como elaborar seu plano de trabalho, para atendimento às demandas existentes;
- b) encaminhar às Coordenadorias Regionais de Educação, para análise e acompanhamento da Equipe Pedagógica, o plano de trabalho do PRA-MS da escola/centro;
- c) divulgar o Plano de Recomposição das Aprendizagens à comunidade local, a fim de mobilizar estudantes e seus responsáveis;
- d) orientar os docentes quanto ao desenvolvimento de suas

⁴ A definição de Competência e Habilidades seguem a mesma descrita na BNCC em todo este estudo.

atividades e registro dos avanços dos estudantes; e) acompanhar e avaliar a realização das atividades de recomposição das aprendizagens desenvolvidas na escola/centro; f) realizar formações sobre o PRA-MS voltadas ao apoio de práticas pedagógicas que favoreçam a aprendizagem dos estudantes. (Mato Grosso do Sul, 2022, p.12)

O corpo docente teve sua parcela de responsabilidades de forma muito significativa, concernindo a eles:

a) planejar atividades de recomposição com foco no desenvolvimento das habilidades essenciais das diversas áreas do conhecimento, fundamentais para a trajetória escolar do estudante; b) elaborar planos de aula de modo interdisciplinar, com propostas que estimulem a investigação e o pensamento crítico; c) acompanhar o desempenho do estudante, por meio de avaliações diagnósticas e formativas, registrando seus avanços e dificuldades e redirecionando o planejamento das atividades quando necessário; d) participar das atividades de formação, das reuniões e dos encontros. (Mato Grosso do Sul, 2022, p.12)

Como a matriz atendia apenas as escolas urbanas, professores que atuavam nas disciplinas de Pesquisa e Aatoria (PA), ensino fundamental, e Intervenção Comunitária (IC), Ensino médio, nas escolas Rurais e Indígenas receberam a seguinte disposição:

a) elaborar planos de aula e desenvolver atividades significativas e diversificadas que permitam ao estudante desenvolver as habilidades essenciais para a continuidade de sua trajetória escolar; b) avaliar continuamente o desempenho do estudante, por meio de instrumentos diversificados, registrando seus avanços e suas dificuldades, redirecionando o trabalho quando necessário; c) registrar o desempenho do estudante e os resultados obtidos ao final do Plano de Recomposição das Aprendizagens, com indicação dos progressos evidenciados e das necessidades de aprendizagem a serem focadas no replanejamento das ações de recomposição ao longo do ano letivo; d) participar das atividades de formação, das reuniões e dos encontros. (Mato Grosso do Sul, 2022, p.12)

Tendo em vista o trabalho dos professores foi designado um coordenador pedagógico na escola que recebeu este importante ofício de coordenar o PRA com as respectivas atribuições:

a) articular com a gestão e os docentes as ações da recomposição, bem como monitorar a implementação e eficácia das estratégias desenhadas no PRA-MS; b) participar das atividades de formação, das reuniões e dos encontros; c) assessorar a tomada de decisões que garantam infraestrutura e condições adequadas para as atividades de recomposição, bem como responsabilizar-se pela gestão dos materiais didático-pedagógicos e das atividades inerentes ao PRA-MS; d) coordenar e acompanhar, por meio dos instrumentos de gestão escolar, os encontros de planejamento das ações de recomposição; e) elaborar e encaminhar relatório mensal de desempenho à Coordenadoria Regional de Educação, apresentando as atividades inerentes à função que foram desenvolvidas; f) acompanhar, subsidiar e orientar, sistematicamente, o planejamento e a execução do trabalho pedagógico da recomposição das aprendizagens. (Mato Grosso do Sul, 2022, p.12).

Para supervisionar o desenvolvimento do PRA-MS nas escolas, a coordenadoria regional de Educação (CRE) de cada região, criada por meio do decreto n.14.482 de 25 de maio de 2016, com 12 coordenadorias em MS e recebeu as seguintes incumbências:

a) orientar e auxiliar no planejamento e implementação do Plano de Recomposição das Aprendizagens, oferecendo sugestões de melhoria para o PRA-MS; b)

acompanhar, por meio de visita à escola/centro ou reuniões de trabalho realizadas presencialmente ou remotamente, o desenvolvimento do PRA-MS, propondo o aprimoramento do trabalho pedagógico, quando necessário; c) participar da análise do resultado do Plano de Recomposição das Aprendizagens, auxiliando na proposição dos encaminhamentos pedagógicos. d) oferecer aos docentes formação continuada com fundamentos sobre a metodologia da recomposição; e) orientar as equipes de gestão e os professores dos componentes/unidades curriculares Pesquisa e Autoria e Intervenção Comunitária, quanto à elaboração dos planos de aula e recursos didáticos a serem trabalhados; f) elaborar e encaminhar relatório bimestral à Superintendência de Políticas Educacionais (SUPED/SED/MS), apresentando informações acerca do acompanhamento das atividades do Coordenador do Plano de Recomposição das Aprendizagens. (Mato Grosso do Sul, 2022, p.12).

A Secretaria de Estado de Educação (SED/MS), no âmbito do PRA-MS, ficou responsável por:

I - *Matriz de Habilidades Essenciais* de cada área do conhecimento para as etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, com foco na equidade educacional e na recomposição das aprendizagens; (grifo nosso) II - Questionário Socioemocional que deverá ser aplicado para toda a Rede Estadual de Ensino, a fim de produzir um indicador socioemocional dos estudantes; III - *materiais de suporte pedagógico* às atividades de recomposição; IV - *Bolsa Incentivo* para coordenadores das unidades escolares da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso Sul que atuarão como ponto focal da ação de recomposição na escola/centro; VI - *formação específica* para os atores envolvidos no PRA-MS. (Mato Grosso do Sul, 2022, p.12, grifo nosso)

Definida assim a equipe, foi estabelecido o professor que deveria atuar na linha de frente, apesar de todo o corpo docente receber a incumbência de desenvolver estratégias de Recomposição da Aprendizagem (RA), o professor das disciplinas de Pesquisa e Autoria (PA), e a unidade curricular Intervenção Comunitária (IC), deveriam requintar atividades específicas com foco na Recomposição da Aprendizagem, sendo estes, professores com licenciaturas, com habilitação na etapa ofertada. Estas disciplinas receberam um adicional de trabalhar a RA voltado para Língua Portuguesa e Matemática.

Esta organização da escola frente ao plano, nos possibilita a entrada na fase em que são elaborados as hipóteses e os objetivos da pesquisa. Segundo Bardin (2011), hipóteses são explicações antecipadas do fenômeno observado, em outras palavras, afirmações iniciais que podem ser comprovadas ou refutadas ao final de um estudo. O exposto, traz em evidência a organização e atenção que o Estado de Mato Grosso do Sul, deu a educação frente a nova realidade. Esta singularidade, de: professor, organização da escola, definição do conteúdo, criação de disciplina, normatização específica, e orientação própria, compôs nossa motivação em iniciar as pesquisas em torno deste tema. Uma vez que muitos estados/municípios brasileiros adotaram a recomposição em forma de projeto, reforço, recuperação, programa, além da maioria acontecer em contra turno ou em forma de atividades “extras”.

4. As Habilidades Essenciais no PRA

O objetivo de apresentar as habilidades definidas no PRA de essenciais, é possibilitar uma análise das competências que nos permita promover uma ampla discussão a respeito das habilidades consideradas estruturantes para a continuidade do processo de aprendizagem.

A prática do professor, portanto, deverá estar pautada no desenvolvimento de habilidades, no conhecimento científico e na promoção de atitudes e valores para a convivência no século XXI (Mato Grosso do Sul, 2021, p.22). Para a recomposição da aprendizagem RA-MAT, são esperadas o desenvolvimento de 13 (treze) a 18 (dezoito) habilidades essenciais para o ensino fundamental, sendo proposto todas as unidades temáticas, buscando subsidiar o aluno em toda sua trajetória escolar. O passo seguinte, conforme Zabala (2010), consistirá em realizar uma análise de quais são os componentes das competências gerais, ou seja, as habilidades, as atitudes e os conhecimentos que são necessários dominar, exercer e conhecer para conseguir ser capaz de agir de modo competente, e que desde o ponto de vista do planejamento educacional corresponderão aos conteúdos de aprendizagem.

Para o processo de planejamento, citado no artigo 6º da resolução do PRA, precisamos conhecer minuciosamente sua consistência, conhecer as habilidades faz parte do conhecimento necessário para o ensino, sendo objeto da educação a ser cuidadosamente analisada. Além disso, a seleção das habilidades sugeridas também está amparada em materiais de referência do PRA e fazem parte da escolha dos documentos analisados na etapa de pré-análise, e subsequentemente da organização da Análise proposta por Bardin (2011).

As habilidades essenciais abordada no Documento Orientativo PRA-MS 2023, não são as mesmas esperadas, pela BNCC para cada ano do ensino fundamental. Isso acontece devido ao seu objetivo proposto pela Resolução nº 4.026, de 2 de maio de 2022,

Art. 2º O Plano de Recomposição das Aprendizagens (PRA-MS), a ser executado pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS), por intermédio das escolas da Rede Estadual de Ensino, tem por finalidade implementar, no ano letivo de 2022, estratégias de intervenção na aprendizagem e de *consolidação de habilidades consideradas relevantes e inegociáveis para a vida e trajetória escolar do estudante*, com vistas à redução das desigualdades de aprendizagem entre os estudantes da rede estadual de ensino.(Mato Grosso do Sul, 2022, p11, grifo nosso)

A dispositivo não fere o disposto pela BNCC, uma vez que as habilidades não foram retiradas, ao contrário, além das habilidades do corrente ano, a componente de RA, visa a consolidação das habilidades de anos anteriores, este dispositivo apenas agrega o processo de ensino/aprendizagem do aluno, sabendo que a disciplina foi criada com este objetivo.

Figura/Tabela 1: Matriz Curricular do Ensino Fundamental.

Diário Oficial Eletrônico n. 11.013			14 de dezembro de 2022							Página 46	
Base Nacional Comum Curricular e Parte Diversificada	Áreas de Conhecimento	Componentes Curriculares	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano
	Ciências da Natureza	Ciências	4	4	4	4	4	4	4	4	4
		Matemática	4	4	4	4	4	4	4	4	4
	Ciências Humanas	RA-MAT	1	1	1	1	1	1	1	1	1
		História	2	2	2	2	2	2	2	2	2
		Geografia	2	2	2	2	2	2	2	2	2
	Linguagens	Língua Portuguesa	4	4	4	4	4	4	4	4	4
		RA-LP	1	1	1	1	1	1	1	1	1
		Arte	2	2	2	2	2	2	2	2	2
		Educação Física	2	2	2	2	2	2	2	2	2
		Língua Inglesa	2	2	2	2	2	2	2	2	2
	Ensino Religioso	Ensino Religioso*						1	1	1	1
	Projeto de Vida		1	1	1	1	1	1	1	1	1
	Total semanal em horas-aulas		25	25	25	25	25	26	26	26	26
	Total anual em horas-aulas		1000	1000	1000	1000	1000	1040	1040	1040	1040
Total anual em horas		834	834	834	834	834	867	867	867	867	

* Oferta obrigatória e frequência facultativa

Figura 1. Resolução 4.113 de 13 de dezembro de 2022.

Vale ressaltar que a criação da disciplina de RA visa a consolidação das habilidades essenciais e a disciplina de matemática continua com suas quatro aulas semanais, sem perda de carga horária ou de conteúdo com a figura/tabela 1, pode comprovar. Além disso, é possível notar que, apesar de olharmos a componente de Matemática (RA-MAT), o PRA abrange a disciplina de Língua Portuguesa (RA-LP) de forma análoga.

Dada a apresentação das habilidades previstas, das disciplinas, é possível observar a possibilidades do professor regente de RA-MAT, para buscar a consolidação dessas habilidades, pois constituem as mesmas Unidades Temáticas (UT).

	Números	Álgebra	Geometria	Grandezas e Medidas	Probabilidade e estatística
6º ano	6	1	3	2	1
7º ano	8	1	4	2	2
8º ano	6	4	2	3	3
9º ano	3	5	2	2	2

Tabela 1 Número de habilidades por ano escolar do Ensino Fundamental. Elaborada pelo Autor.

Neste sentido, criamos uma tabela que apresenta de forma geral a quantidade de habilidade por ano escolar de acordo com a unidade temática. Desta forma, é possível observar como é disposto as habilidades essenciais e como elas são distribuídas conforme o ano escolar.

Vale dizer que a aprendizagem destes conteúdos exige um processo de ensino o qual não se pode reduzir a uma unidade didática ou ser desenvolvido em um ano escolar ou nível determinado, mas deve estar imerso em um longo processo no tempo e, dadas as características da maioria destes conteúdos [...]. (Zabala, 2010, p 141).

Assim fica claro, que o foco das habilidades essenciais para o 6º, 7º e 8º ano, são habilidades da UT números, no 9º ano, álgebra. Ao visualizar esta tabela, será possível, oportunizar pesquisas sobre cada unidade temática.

5. Considerações Finais

Por meio das situações apresentadas no PRA, destacamos que a normativa sofreu seus avanços significativos desde a sua criação, então a SED por meio de da resolução/SED nº 4.161, de 6 de março de 2023, alterou e acrescentou instrumento que tratam do PRA. Primeira grande alteração é o período de vigência, sendo por tempo indeterminado, vislumbrando um processo de recomposição a longo prazo, pois as peças foram muitas, e portanto é necessário um plano que possibilite sua permanência a longo prazo. As demais matrizes curriculares também teve suas mudanças, com sua inserção da RA, contemplando hoje, o ensino Fundamental I, ensino médio, Educação do Campo, Educação Indígena, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o Avanço do Jovem Aprendiz (AJA).

A recomposição da Aprendizagem em Mato Grosso do Sul mobilizou e ainda mobiliza esforços de toda a comunidade escolar, ao reafirmar o compromisso da educação pública de qualidade, a maior prova disso é a inserção gradual nas matrizes curriculares de cada ano, avançando ano após ano. É importante frisar que o processo além de ter seus próprios dispositivos legais, dá a oportunidade igualitária de inclusão, tendo em vista que a disciplina é ofertada a todos, cumprindo o que Zabala (1998) configura como função social do ensino.

Os dispositivos apresentados reafirmam o que se configura em torno de uma proposta robusta do governo, em atender a todos igualmente após os impactos causados na educação. Essa análise, possibilitou focar em documentos e na representação condensada da informação para a consulta e armazenagem essas hipóteses são explicações antecipadas do fenômeno observado, em outras palavras, afirmações iniciais que podem ser comprovadas ou refutadas em outros estudos.

O fato desta componente estar amparada por meio de resolução, contribui para as aulas acontecerem dentro do período regular de ensino, evitando uma série de problemas que foram apontados em nossa dissertação. Cumprimos nosso objetivo nesse estudo, trazendo um programa geral do PRA/MS. discorrendo sobre os elementos estruturantes da proposta como: 1) Plano instituído por Resolução 2) Inserção na matriz como componente curricular 3) definição do conteúdo-habilidades 4) professor específico 5) Acontece em período regular 6) inserção no PPP 7) planejamento próprio 8) consolidação das habilidades.

Como Zabala (1998) menciona, provavelmente a melhoria de nossa atividade profissional, como todas as demais, passa pela análise do que fazemos, de nossa prática e do contraste com outras práticas. O PRA de MS, traz singularidades expostas em nosso trabalho e será discutido de maneira mais abrangente em nossa dissertação.

As habilidades essenciais apresentadas as peças que configuram a Intervenção Pedagógica conforme orienta Zabala (1998), os processos educacionais são uma parte

inseparável da atuação docente, como a própria intervenção pedagógica que pondera as intenções, as previsões, as expectativas e a avaliação dos resultados. Assim, pois, os processos educacionais estão diretamente relacionados ao PRA, partindo desta visão processual da prática, em que estão estreitamente ligados a recomposição da aprendizagem, a aplicação e intervenção, teremos que delimitar a unidade de análise neste estudo. Assim, possibilitamos a pesquisa desta temática analisada. Desta maneira, podemos concluir que o trabalho apresentado cumpre seu objetivo.

Referências

AZEVEDO, Janete Lins de. **Programas federais para a gestão da educação básica: continuidades e mudanças**. RBPAAE, Porto Alegre, v. 25, n. 2, 2009, p. 211-232.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70: Ltda /Almedina Brasil, 2011.

_____. **Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul: Educação Infantil e Ensino fundamental**. Campo Grande - MS: SED, 2021. Disponível em <http://www.sed.ms.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/Curr%C3%ADculo-MS-V26.pdf>. Acesso em: 26, junho 2023.

DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonne. *The SAGE handbook of qualitative research*. London: Sage, 2011.

GROSSI, Esther. Problemas educacionais. **Nova Escola**. São Paulo: jun./jul. 2002, p. 9.

GIL, Antônio Carlos. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 5ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2010, 184p.

FLICK, Uwe. Mapping the field. In: FLICK, Uwe. **The SAGE handbook of qualitative data analysis**. London: Sage, 2014. p. 3-18.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez. . Acesso em: 10 abr. 2024, 2016.

_____. Secretaria de Estado de Educação. **Resolução/SED nº 4.026, de 2 de maio de 2022**. Dispõe sobre o Plano de Recomposição das Aprendizagens (PRA-MS) para ano letivo de 2022, e dá outras providências. Campo Grande, MS, 2022. Disponível em: https://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO10819_03_05_2022. Acesso em: 26, junho 2023.

_____. Secretaria de Estado de Educação. **Resolução/SED nº 4.113, de 13 de dezembro de 2022**. Dispõe sobre a organização curricular e o regime escolar das etapas do ensino fundamental e do ensino médio nas unidades escolares da Rede Estadual. Campo Grande, MS, 2022. Disponível em: https://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO11013_14_12_2022. Acesso em: 26, junho 2023.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ZABALA, A. **Como aprender e ensinar competências**. Porto Alegre: Penso, 2010.